

A HISTÓRIA DAS IDEIAS DE LUDWIG VON MISES

Lucas Moreira Barbosa

Pedro Afonso Cristóvão dos Santos

RESUMO

Este artigo procura apresentar o conceito de História das Ideias do economista austríaco Ludwig von Mises. Tomamos como base suas declarações referentes ao tema em seu tratamento Historicismo e da teoria da História, ambos apresentados no livro “Teoria e História”, publicado em 1957. O objetivo é ampliação de repertório no campo da historiografia para o leitor deste trabalho. Apresentado o autor, sua tradição econômica e seu livro, tem lugar sua narração do advento do Historicismo e suas considerações ao mesmo. Segue-se então três pontos da teoria da História do próprio Mises. À guisa de conclusão, apresenta-se uma breve defesa da necessidade de um diálogo mais aberto entre a universidade e as obras de Mises.

Palavras-chave: Ludwig von Mises, Escola Austríaca, ação humana, Historicismo, lei histórica, História das Ideias.

RESUMEN

Este artículo intenta presentar el concepto de Historia de las ideas del economista austriaco Ludwig von Mises. Basamos sus declaraciones en el tema en su tratamiento El historicismo y la teoría de la historia, ambos presentados en el libro "Teoría e historia", publicado en 1957. El objetivo es ampliar el repertorio en el campo de la historiografía para el lector de este trabajo. Presentado por el autor, su tradición económica y su libro, su narración del advenimiento del historicismo y sus consideraciones sobre él tienen lugar. Esto es seguido por tres puntos de la propia teoría de la historia de Mises. A modo de conclusión, se presenta una breve defensa de la necesidad de un diálogo más abierto entre la universidad y las obras de Mises.

Palabras clave: Ludwig von Mises, Escuela austriaca, acción humana, historicismo, ley histórica, historia de las ideas.

INTRODUÇÃO

Este artigo se apresenta, em primeiro lugar, como um pequeno levantamento de dados no campo da historiografia. Segundo Cordeiro (2015), o termo “Historiografia”, em sua concepção mais corrente, remete ao produto final do ofício do historiador, podendo ainda ser entendida como conjunto de obras históricas produzidas por historiadores ao longo do tempo. É prática aceita considerar nesses levantamentos autores que produziram seus trabalhos antes da constituição da História como ciência (DOSSE, 2003; FUNARI & SILVA, 2008), e autores que não eram teóricos exclusivos da História (FUNARI; SILVA; 2008). Assim, há precedente para considerar autores que não são historiadores no sentido estrito do termo em trabalhos de natureza historiográfico, quando

estes produziram obras pertinentes às disciplinas próprias da Ciência Histórica, ou pelo menos, os saberes que podem ser caracterizados como históricos.

O caso escolhido foi um recorte da obra “Teoria e História”, do economista Ludwig von Mises (1881-1973), publicada em 1957, obra na qual o autor defende o dualismo metodológico, ou seja, “a percepção crucial de que os seres humanos devem ser considerados e analisados de uma maneira e com uma metodologia que difere radicalmente da análise das pedras, planetas, átomos ou moléculas” (ROTHBARD in: MISES, [1957] 2014), baseando-se no axioma da Escola Austríaca de Economia, axioma segundo o qual os indivíduos, em situação de indeterminação, agem segundo escolhas que refletem a busca por situações de maior satisfação do que a anterior. Essa indeterminação impede a criação de leis para o comportamento humano, e assim, impede previsões, o estabelecimento de cursos de eventos, e a aplicação das demais formas de regularidade nas ciências ditas exatas.

O recorte se limitiu ao conceito de História das Ideias, presente em sua discussão acerca do Historicismo e em outros passos da obra, o que explica as seções recorrentes citadas neste artigo.

Este trabalho possui natureza de pesquisa bibliográfica, fundamento mais comum nos trabalhos de graduação e iniciação científica atuais (JUNIOR, 2013). A pesquisa bibliográfica é aquela onde há um levantamento da bibliografia referente ao assunto que se deseja estudar (MEDEIROS, 2014). Neste caso específico, optou-se por um recorte da obra onde Mises apresenta suas reflexões sobre a metodologia mais adequada para considerar o material básico de análise do historiador, a saber, a ação humana.

O livro em questão apresenta de forma organizada a concepção de Mises sobre a metodologia mais adequada à análise do ser humano e suas ações. A amplitude de assunto, portanto, requer um recorte modesto para um trabalho desta proporção, o que levou à escolha por citações pontuais, trechos específicos da obra, sínteses mais condensadas que omitiram nuances e detalhes relevantes numa leitura mais aprofundada, e o uso de poucas mas abrangentes obras de referência, ao invés de uma ida direta às fontes, ou de um levantamento mais detalhado de bibliografias relevantes aos vários temas que se intersectam na obra de Mises. Sempre que necessário, optou-se por atenção ao texto de Mises, e não às temáticas e debates que dialogam com a obra. Com isso, espera-se como resultado uma apresentação das informações colhidas em sua obra, e a consequente ampliação de repertório em história da historiografia.

1. O AUTOR

1.1. A ESCOLA AUSTRIACA DE ECONOMIA

A Escola Austríaca de Economia é uma tradição de estudos no campo econômico do Liberalismo, iniciada por Carl Menger com a publicação, em 1871, de *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre* (Princípios de Economia Política), a qual, graças ao trabalho de diversos outros economistas e filósofos morais como Eugen von Böhm-Bawerk (1851–1914), Ludwig von Mises (1881–1973), Friedrich Hayek (1899–1992), Murray Rothbard (1926–1995), Ron Paul (1935-atualmente) e Hans-Hermann Hoppe (1949-atualmente), tem sido responsável pelo ressurgimento do Liberalismo enquanto tradição atualmente.

A tradição liberal austríaca se encontra ao lado de outras tradições liberais modernas que se opõem ao keynesianismo, tida por intervencionista e contrária aos fundamentos do Liberalismo doutrinário. As cinco escolas mais importantes são a Escola de Chicago (conhecida também como escola do Monetarismo), a Escola das Expectativas Racionais, a Escola das Escolhas Públicas, a Neoinstitucionalista e a Escola Austríaca, que tem desempenhado o papel mais preponderante para o renascimento das ideias liberais atualmente (IORIO in: PAIM, 2019, p.273)

O conceito de ação humana é central para a Escola Austríaca. Dele, Ludwig von Mises repensou aquilo que Alfred Espinas (1844-1922) chamou de *praxeologia*, ou seja, um “teoria geral da ação humana”, sendo definida nos seguintes termos por Mises:

Ação humana é comportamento propositado. Também podemos dizer: ação é a vontade posta em funcionamento, transformada em força motriz; é procurar alcançar fins e objetivos; é a significativa resposta do ego aos estímulos e às condições do seu meio ambiente; é o ajustamento consciente ao estado do universo que lhe determina a vida. (MISES, 2010, p.35)

Assim, a conexão da praxeologia com a economia se dá na medida em que qualquer ato econômico pode ser reduzido à dinâmica básica da ação humana (o que coloca a praxeologia como fundamento de qualquer ciência do comportamento humano), como bem estabelece Ubiratan Jorge Iorio:

Ação, para a Escola Austríaca, significa qualquer ato voluntário, qualquer escolha feita deliberadamente com vistas a se passar de um estado menos satisfatório para outro, considerado mais satisfatório no momento da escolha. A praxeologia (de *práxis*) é a ciência geral que se dedica ao estudo da ação humana, considerando todas as suas implicações formais. Ora, todos os atos econômicos, sem exceção, podem ser reduzidos a escolhas realizadas de acordo com o conceito seminal de ação humana. E a proposição básica, o primeiro axioma da Praxeologia, é que o incentivo para qualquer ação é a insatisfação, uma vez que ninguém age a não ser que sinta alguma insatisfação e avalie que uma determinada ação venha a melhorar seu estado de satisfação, ou seja, aumentar seu conforto, sensação de alegria ou de realização, diminuindo, portanto, seu desconforto, frustração ou insatisfação. (IORIO, 2010, p.18)

Os austríacos dizem que esse axioma é passível de uma universalização completa. Na medida em que, onde quer que existam pessoas, ocorrerão ações guiadas por esses princípios, “não há teorias econômicas específicas ou particulares para cada país ou região, mas uma teoria econômica epistemologicamente correta, [pois] a partir dele podem-se deduzir as principais leis comportamentais que regem a economia” (Ibidem). Em virtude disso, Mises chama esse conceito de axioma praxeológico primeiro. É importante ressaltar que “o campo da nossa ciência é a ação humana e não os eventos psicológicos que resultam numa ação (...); o tema da praxeologia é a ação como tal” (MISES, 2010, p.36), e ao mesmo tempo, ela “é indiferente aos objetivos finais da ação, suas conclusões são válidas para todos os tipos de ação, independentemente dos objetivos pretendidos; é uma ciência de meios e não de fins” (Ibidem).

Como se verá adiante, o conceito de ação humana é fundamental na teoria da história de Ludwig von Mises.

1.2. VIDA E OBRA

Ludwig von Mises¹ (1881-1973) nasceu em 29 de setembro na cidade de Lemberg, então parte do império Austro-Húngaro, cidade na qual morava seu pai, Arthur Edler von Mises, destacado engenheiro civil, que trabalhava nas estradas-de-ferro austríacas. Na virada do século, ingressou na Universidade de Viena, cidade em que fora criado, para doutorar-se em Direito e Economia no ano de 1906 (ROTHBARD, [1949] 2010, p. 10)

Dentre as suas contribuições para a Escola Austríaca, a realização que lhe dá mais prestígio entre os teóricos dessa tradição é sua Teoria dos Ciclos Econômicos, pela qual o mecanismo que causa crises econômicas recebeu uma proposta de solução².

A obra aqui analisada é uma das obras finais de Mises, e consideravelmente negligenciada nos estudos de sua produção intelectual. Nela, ele desenvolve uma Teoria da História organizada, dentro de uma proposta maior, ou seja, sua crítica à importação de teorias positivistas para o estudo do ser humano. O livro foi escrito em 1957, e faz uma ampla discussão ao longo de seus capítulos sobre o papel da praxeologia na ciência histórica. Este artigo se limita a apenas alguns recortes escolhidos conforme julgou-se que eram claros sobre os pontos escolhidos aqui, dadas as proporções deste trabalho.

¹ Foge ao escopo deste trabalho um aprofundamento na biografia do autor. Para mais informações, recomendamos a leitura de ROTHBARD, [1949] 2010, pp.19-29.

² Para mais informações sobre a Teoria dos Ciclos Econômicos, recomendamos VON MISES, Ludwig. Ação Humana. 3. ed. Instituto Ludwig von Mises: São Paulo, 2010. pp. 617-662. A obra é referência básica para o pensamento econômico do nosso autor.

Para situar o leitor, oferecemos um resumo da estrutura da obra. A obra é introduzida por uma seção que discute o dualismo metodológico, levantando questões como o conceito de lei da natureza, a relação entre regularidade e previsão, e desta com as escolhas, concluindo com uma discussão sobre o significado de meios e fins.

A primeira parte da obra, que sucede essa introdução, possui quatro capítulos, nos quais se discute a questão do julgamento de valor na análise da ação humana. O primeiro procura definir a natureza, os limites e os meios do julgamento de valor. O segundo discute a relação entre preconceitos e ideias pré-concebidas, e o conhecimento, levantando a questão da distinção entre aqueles e este como base do juízo de valor. Em seguida, no capítulo 3, o autor questiona certas formas de busca pela “verdade absoluta”, procurando defender sua ética utilitarista. Em conclusão, o capítulo 4 trata de forma breve a crítica ao juízo de valor.

Na segunda parte, tem lugar os pensamentos do nosso autor referentes ao determinismo e ao materialismo, nas várias formas que estes assumem. O capítulo 5 do livro critica o determinismo, o 6 o materialismo, o 7 o materialismo dialético, e o 8 coloca a questão da relação entre filosofia e história e sua relação com certas formas de determinismo ou materialismo.

A terceira parte entra na questão propriamente dita da História. O capítulo 9 trata do papel do indivíduo nas análises históricas, especificamente suas ações. Em seguida, o capítulo 10 critica o historicismo, o 11 critica o cientificismo, no 12 ele se concentra em certas formas de uso os estudos da Psicologia na análise da ação humana, para continuar, nos capítulos seguintes, discutindo o valor do estudo da História (capítulo 13), suas características epistemológicas (capítulo 14), e na quarta parte, a discussão continua focando no curso da História, discutindo interpretações filosóficas para o futuro (capítulos 15 e 16).

Optamos, aqui, por tratar da relação que Mises traça entre Historicismo e Leis Históricas, e então, apresentar em como Mises discute a mesma questão, e optamos por organizar em quatro etapas a construção do pensamento do autor, seguindo um curso lógico. Questionada a ideia de lei histórica, levantam-se três questões: qual a natureza das relações de causalidade dos processos históricos, o lugar das ações individuais nesta, e o que está por trás das ações individuais.

2. MISES E O HISTORICISMO

O Historicismo é compreendido por Mises como “uma doutrina epistemológica” (MISES, 2014 [1957], p.157), e assim o autor traça uma aguda distinção entre este e a História, que é definida como uma “apresentação do curso dos acontecimentos e condições do passado, uma afirmação de fatos e de seus eventos” (Ibidem).

O Historicismo é situado por Mises nos estertores do século XVIII como uma tentativa de propor uma historiografia alternativa à perspectiva Iluminista. Assim explica o autor:

O Historicismo foi desenvolvido no fim do século XVIII como uma reação contra a filosofia social do racionalismo. Para se contrapor às reformas e políticas advogadas pelos diversos autores do Iluminismo, propunha um programa de conservação das instituições existentes e, por vezes, até mesmo um retorno a instituições já extintas. Para se contrapor aos postulados da razão, apelava à autoridade da tradição e à sabedoria de épocas passadas. O principal alvo de sua crítica eram as ideias que haviam inspirado as revoluções Francesa e Americana, assim como movimentos semelhantes ocorridos em outros países. Seus defensores se autodenominavam, com orgulho, de antirrevolucionários, e enfatizavam seu rígido conservadorismo. (Ibidem)

É possível aproximar a explicação de Mises de outros historiadores e de outras descrições do Historicismo, tomando-se em conta seus traços gerais, sem ir mais fundo nas particularidades e diversos tipos de Historicismo, o que exigiriam um levantamento bibliográfico muito mais complexo que iria além da proposta deste artigo. Aliás, é característico de Mises escrever em termos mais amplos, como se pretendesse usos mais amplos de seus trabalhos, característica que escolhemos preservar.

Na obra “A História dos Homens”, o historiador catalão Josep Fontana ressalta a dificuldade de definição do Historicismo:

O que se denomina "historicismo" é difícil de definir. "Para uns diz Thomas Nipperdey - o historicismo é método, ou mais exatamente metodologia, teoria da ciência; para outros, é uma visão de mundo fundada metafisicamente, com implicações políticas." (FONTANA, 2011, p. 223)

Mesmo diante desse quadro, onde construir uma definição do Historicismo é uma tarefa complexa e até mesmo inconclusiva, Fontana dá definições semelhantes às de Mises em certos aspectos. Ambos os autores ressaltam no Historicismo a atitude antagônica ao universalismo característico do Iluminismo:

A escola histórica de direito, com homens como K. von Savigny, Gustav F. Hugo e Karl F. von Eichhorn, combatia as formulações do jusnaturalismo que pressupunham a existência de princípios legais comuns para todo o mundo e defendia a peculiaridade individual e histórica das leis de cada povo. A história, por seu lado, não deveria ocupar-se de estágios de desenvolvimento social, nem de "séculos" da cultura humana, mas das nações consideradas organicamente e os fatos estudados pelo historiador deveriam ser analisados individualmente, no contexto nacional, sem buscar leis ou regularidades gerais que os explicassem. (Ibidem)

Essa descrição pode ser aproximada da seguinte citação de Mises:

A tese fundamental do historicismo é a de que (...) não existe regularidade na concatenação e sequência de fenômenos e eventos na esfera da ação humana; conseqüentemente, as tentativas de se desenvolver uma ciência econômica e de se descobrir leis econômicas são vãs. O único método

sensato de se lidar com as ações, feitos e instituições humanas é o método histórico. (MISES, 2014[1957], p. 149)

Parece haver aqui uma certa generalização da parte de Mises, pois ele ressalta o pressuposto epistêmico do Historicismo sem situar os limites do movimento. Um dos projetos construídos a partir do Historicismo foi a produção de uma nova história nacional, e mais propriamente, como destaca Fontana, sua proposta se limitava às dinâmicas nacionais; rejeitando o universalismo da Ilustração, o Historicismo postulou que “cada nação é considerada como uma totalidade orgânica que tem leis próprias de evolução” (FONTANA, 2011, p. 223). Essa generalização, além disso, é acompanhada da omissão do contexto de transformações sociais no qual o Historicismo surgiu. Convulsões políticas do período são importantes para situar o Historicismo. O desenvolvimento do Historicismo ganhou impulso após o fim da Guerra Franco-prussiana (19 de julho de 1870 - 10 de maio de 1871). Diferente da França que usou a Revolução Francesa como o grande evento de sua nova consciência histórica e como referencial para sua nova identidade (FURET, 2012), a Alemanha procurava reconstruir sua identidade num contexto de territórios fragmentados. Como destaca Fontana:

A Alemanha do início do século XIX tinha dois problemas fundamentais que influenciaram decisivamente a orientação assumida por seus historiadores: o desejo de realizar a unificação política a partir do mosaico das diversas unidades que a compunham (um caos de estados, cidades livres e feudos que o congresso de Viena reduzira a 39) e o de empreender o caminho da modernização sem correr riscos revolucionários. (Ibidem)

O que desperta o interessa aqui não é tanto a descrição de Mises sobre o Historicismo, ou quão precisa ela é (ou não), mas sim, em primeiro lugar, seu uso das ideias historicistas associando-as com atitudes políticas intervencionistas, o que em geral, na literatura sobre o historicismo, não se encontra da forma como Mises a faz. Temos aqui, portanto, um ponto original do pensamento de Mises.

A ideia de Mises está em criar um antagonismo entre a ciência econômica tal como entendida pelos austríacos, e as conclusões lógicas do método historicista que, por exemplo, dirão que o que funciona na economia moderna, não funcionaria numa economia medieval. A associação tradicional entre historicismo e uma visão conservadora e comumente liberal não existe em Mises, devido à uma distinção teórica de Mises que precisa ser notado aqui: a distinção entre intervencionismo e Liberalismo. Mises pensa o Intervencionismo como outro modelo comercial, onde existem interferências estatais na livre troca entre indivíduos. Um regime onde o Estado pode intervir nos preços, definir taxas, criar leis e influenciar na oferta monetária é o que Mises chama de regime intervencionista. Não há para ele uma “mão invisível” se o Estado intervém. O grau de

intervenção pode variar, mas para Mises, chamar isso de Liberalismo seria inconsistente com suas perspectivas liberais. Quem regula, neste caso, não é o mercado a si mesmo, mas sim o Estado ao mercado.

Assim, fica mais fácil compreender a interpretação de Mises. O projeto historicista que Mises menciona aqui³ é nacionalista, e por sua vez, fortemente estatal. Seu projeto político é unificação e solidificação nacional e, nisso, o mercado se historiciza, e ganha contornos a partir de seu contexto. O mercado se torna contextual e específico, numa estrutura maior de coesão social. Não há espaço, aqui, para uma metodologia econômica independente e válida para outros contextos. Coerência, todavia, não é o ponto dos historicistas, segundo Mises. Seus métodos não foram de todo aplicados, mas o método em si mesmo opõe-se ao que se chamaria de uma ciência econômica distintamente liberal.

Em segundo lugar, para Mises, o Historicismo tem um sério problema em sua interpretação do que seria progresso. Utilitarista que era (no sentido de seguir uma ética com essa orientação), Mises se opunha ao relativismo historicista presente em seu conceito de progresso. Aqui, é preciso entender o que Mises entende por progresso:

Quando os economistas se referem ao progresso, eles examinam as condições do ponto de vista dos fins procurados pelos agentes homens. Não há nada de metafísico no seu conceito de progresso (...). Aos olhos do agente homem, avançar rumo a estas metas significa uma melhoria, e o contrário, uma piora. Este é o significado dos termos “progresso” e “retrocesso”, tais como são usados pelos economistas. (...) A questão não é se o progresso torna as pessoas felizes, mas sim que ele as torna mais felizes do que elas teriam sido de outra maneira.” (MISES, [1957] 2014, p.159)

Dizendo de outra forma, “o progresso é a substituição dos métodos de ação menos apropriados por aqueles mais apropriados” (Ibidem). O historicismo, segundo Mises, “se ofende com essa terminologia”, na medida em que a tudo relativiza, e a tudo condiciona ao ponto de vista de sua época. E dentro desse conceito de progresso, se encontra um historicismo que entende ser possível, pelo progresso, compreender as leis de evolução histórica, tais como as leis de outras ciências. Assim, o relativismo alcança uma forma de lei histórica, e como pressuposto necessário para tais formulações.

Com isso, Mises não está defendendo “leis históricas”, pois como ele mesmo pontua, “a noção de uma lei de alteração histórica é, em si mesmo, contraditória; a história é uma sequência de fenômenos caracterizados por sua singularidade” (p. 157). Mas aqui Mises introduz uma distinção importante: uma coisa é haver singularidade histórica; outra coisa é singularidade *total*:

³ E portanto é esse projeto que queremos descrever, ao invés do complexo movimento historicista que não é, reconhecemos, monolítico.

Aquelas características que um evento tem em comum com outros eventos não são históricas. O que os casos de assassinato têm em comum diz respeito ao direito penal, à psicologia, às técnicas de assassinato. Enquanto eventos históricos, os assassinatos de Júlio César e o de Henrique IV da França são totalmente diferentes. A importância que um evento tem na produção de eventos futuros é o que conta para a história. Este efeito de um evento é único e nunca se repete. Do ponto de vista do direito constitucional americano, as eleições presidenciais de 1860 e 1956 pertencem à mesma categoria; para a história, são dois eventos distintos no fluxo dos acontecimentos. Se um historiador fizer uma comparação entre eles, ele o estará fazendo para elucidar as suas diferenças, não para descobrir leis que regem qualquer caso de uma eleição presidencial americana. Por vezes as pessoas formulam certas regras gerais a respeito destas eleições, como, por exemplo: o partido que está no poder vence se os negócios estiverem prosperando. Estas regras são uma tentativa de compreender a conduta dos eleitores. Ninguém atribui a elas a necessidade e a validade apodítica que são as características lógicas essenciais de uma lei das ciências naturais. Todos têm plena consciência de que os eleitores podem se comportar de uma maneira diferente.” (pp. 157,158)

Nesse sentido, dizer que a economia medieval é diferente da economia moderna é diferente de dizer que existem leis econômicas distintas. A História faz um *recorte específico*, e só porque considera a singularidade, daí não se deduz que só há singularidades, e que não há continuidades.

2. A TEORIA DA HISTÓRIA DE MISES

2.1. AS AÇÕES E A CAUSALIDADE

Como os eventos se sucedem? Por qual processo os fatos decorrem uns dos outros? Ou melhor: são os acontecimentos, os fatos históricos propriamente ditos, relacionáveis entre si por um processo de causa e efeito? Em caso de resposta afirmativa, esse processo é passível de investigação, rastreamento e explicação?

Para Mises, a resposta é sim. Vejamos como ele trabalha essa questão.

O historiador trabalha em dois movimentos. Seu primeiro procedimento consiste na determinação das causas contingenciais, termo da escolástica medieval para qualquer ocorrência fortuita e casual quando considerada isoladamente, mas necessária e inevitável ao ser relacionada às causas que lhe deram origem.

A seguinte citação é representativa:

Olhando para trás, voltando-se ao passado, o historiador deve afirmar que, todas as condições tendo sido satisfeitas, tudo o que ocorreu foi inevitável. A qualquer instante determinado o estado das coisas foi um resultado necessário do estado imediatamente anterior. (MISES, [1957] 2014, p. 140)

Diferente do que pode parecer à primeira vez, não se trata de determinar leis para os processos históricos ou alguma espécie de determinismo. Antes, se trata de estabelecer relações de causa e efeito *necessárias* entre eventos que eram contingenciais. Os eventos eram contingenciais; mas,

tendo ocorrido, aquelas eram as circunstâncias necessárias a se seguirem, dados os eventos anteriores. Ou seja, é pelo cruzamento de eventos contingentes que os processos históricos ocorrem. Dadas certas circunstâncias, apenas certos cursos de eventos se tornaram na medida em que as possibilidades foram ficando menores, pois o que era contingente se estabelece quando de fato acontece. Quanto mais variáveis foram deixando o nível da possibilidade e se concretizaram, mais estreito o campo de possibilidades se tornou, até que chegamos ao processo em si, tal como aconteceu, e ao historiador compete não apenas narrar o ocorrido, mas determinar a relação necessária entre os fatos, a fim de determinar uma relação não apenas possível, mas *necessária*.

Gostaríamos de sugerir aqui um excursão. Consideremos as implicações disso num contexto de múltiplas interpretações. Se as relações de causa e efeito necessárias puderem ser identificadas (e é isso o que Mises defende, ressaltamos), e não apenas as possíveis, a multiplicidade de interpretações de um mesmo processo não se torna mais condição irreversível onde ela existe.

Aqui, precisamos considerar o dado irredutível a partir do qual, para Mises, tais acontecimentos podem ser compreendidos:

A busca humana por conhecimento não pode continuar para sempre. Inevitavelmente, mais cedo ou mais tarde, ela atingirá um ponto além do qual ela não poderá mais avançar. Ela se verá então diante de um dado irredutível, um dado que a razão do homem não conseguirá remontar até outros dados passados (...). Ao se lidar com dados irredutíveis, a história se refere à individualidade. As características dos indivíduos, suas ideias e julgamentos de valor, bem como as ações guiadas por estas ideias e julgamentos, não podem ter sua origem identificada em algo do qual eles seriam derivados. (Ibidem)

Ações humanas causam ações humanas, e quando um conjunto de ações se entrecruzam, causando outras, cabe ao historiador, tomando como ponto de partida a praxeologia, e entendendo a premissa básica da ação humana⁴, estabelecer essas causas necessárias entre os acontecimentos. Não se pode ir além da ação, do movimento do agente histórico.

Seguindo essa argumentação, ações se tornam dados analisáveis. E, sendo esses passíveis de interpretação dentro de uma relação de causa e efeito, as possibilidades explicativas se tornam cada vez mais restritas, e passam a exigir um nível cada vez maior de complexidade.

Aqui podem ser identificadas implicações práticas diretas para o ofício de historiador. Em primeiro lugar, podemos considerar a abrangência do empreendimento. O que se procura relacionar são ações individuais. E podemos ver aqui um convite de retorno à fonte, e a trabalhos muito menores, por questões de simples falta de fôlego num único historiador para tamanho empreendimento. Em segundo lugar, a análise vai até onde as fontes permitem. Ainda que as fontes disponíveis hoje constituam uma massa colossal de dados, continua a questão daquelas fontes que

⁴ A de superar uma situação de insatisfação pessoal - considere aqui *insatisfação do ponto de vista o agente*, e não do observador.

não resistiram, e nisso, dos indivíduos que agiram, mas não deixaram rastro. Se indivíduos compartilham ideias e ações, mas mesmo assim, ainda são indivíduos, as generalizações a partir de poucas de fontes referentes à poucos indivíduos pedem maior prudência e menor pressa antes de serem feitas.

2.2. AÇÃO HISTÓRICA

Como dito anteriormente, Mises defende a ação individual como dado irredutível da História. E guiado por isso, Mises faz críticas ao coletivismo quando presente na análise histórica.

Em primeiro lugar, pontuemos que Mises não nega o papel da sociedade e do coletivo na análise histórica. Veja:

Ao lidar com os pensamentos e ações de indivíduos o historiador estabelece o fato de que alguns indivíduos influenciam uns aos outros em sua maneira de pensar e agir com maior intensidade do que eles influenciam e são influenciados por outros indivíduos. (MISES, [1957] 2014 , p.143).

Nosso autor reconhece, portanto, a interação entre indivíduo e indivíduo, e entre um indivíduo com os demais do grupo onde se encontram.

Sua crítica é direcionada a certos tipos de explicações da exata natureza desse papel. Mises defende o que os austríacos chamam de “individualismo metodológico”, que consiste em considerar o indivíduo em análises de grupos, ao invés de diluí-lo em categorias (classe social, categoria, nacionalidade, idioma, etc). Mises pontua que o “coletivo” não é um dado ontológico. Com isso, ele quer dizer que todo agrupamento ou ajuntamento humano é uma construção teórica ou conceitual, uma abstração. O coletivo não existe como dado concreto; antes, ele é criado pelo analista. Como declara Mises:

Ele [o historiador] utiliza-se do termo “grupo” para designar um conjunto de indivíduos que cooperam entre si de maneira mais acentuada; no entanto, *a distinção entre estes grupos é opcional*. O grupo não é uma entidade ontológica como a espécie biológica. Os diversos conceitos de grupo apresentam intersecções uns com os outros. O historiador escolhe, de acordo com o projeto específico de seus estudos, as características e atributos que determinam *a classificação dos indivíduos em diversos grupos*. O agrupamento pode integrar pessoas que falam o mesmo idioma, professam a mesma religião, praticam a mesma vocação ou ocupação ou descendem dos mesmos ancestrais. (MISES, [1957] 2014, p. 143,144).

Enfatizamos, mais uma vez, que não se trata de uma história de biografias e personalidades de destaque. Na verdade, tal gênero de historiografia é descrita em termos negativos por Mises:

Certos relatos históricos *simplificados*, adaptados às capacidades das *pessoas de compreensão lenta*, apresentaram a história como *o produto dos feitos dos grandes homens*. Os antigos Hohenzollern construíram a Prússia, Bismarck construiu o Segundo Reich, Guilherme II o levou à

ruína, Hitler construiu e levou à ruína o Terceiro Reich. *Nenhum historiador sério jamais tomou parte desse tipo de bobagem.* Nunca se contestou que o papel desempenhado até mesmo pelas maiores figuras da história foi muito mais moderado. *Todo homem, grande ou pequeno, vive e age dentro da estrutura das circunstâncias históricas de seu tempo. Estas circunstâncias são determinadas por todas as ideias e eventos das épocas precedentes, bem como os de sua própria época.* O Titã pode ter mais peso do que cada um de seus contemporâneos, porém ele não é páreo para a união das forças de todos os anos. ” (MISES, [1957] 2014, p. 141 - ênfase acrescentada)

Mises não está defendendo essa forma de fazer história. Sugerimos que o que ele está tentando fazer aqui é trazer o indivíduo como dado real e irredutível dos processos históricos; se entre os historiadores vale-se de figuras e analogias, Mises opta por não usá-las, julgando que tal constatação é fundamental na interpretação e consideração dos eventos. Se, ainda que em conjunto, apenas indivíduos pensam e agem, somente localizando nas fontes essas ações concretas é que poderemos estabelecer relações entre os processos históricos.

As generalizações, segundo Mises, tendem justamente para um nível muito perigoso de simplificação dos processos históricos. Assim afirma o autor:

Cada pensamento e cada ação humana são influenciados pelos pensamentos e ações de seus pares. Estas influências são variadas. *Os pensamentos e a conduta de um indivíduo americano não podem ser interpretados se ele for classificado num único grupo.* Ele não é apenas um americano, mas um membro de um grupo religioso específico, um agnóstico ou um ateu; ele tem uma profissão, pertence a um partido político, é afetado por tradições herdadas de seus antepassados e passadas a ele por sua criação, pela família, escola, vizinhança, pelas ideias predominantes em sua cidade, estado e país. *É uma gigantesca simplificação falar da mente americana. Cada americano tem sua própria mente. É absurdo atribuir feitos e virtudes ou delitos e vícios de indivíduos americanos aos Estados Unidos como um todo. A maioria das pessoas são homens comuns. Eles não têm pensamentos próprios; são apenas receptivos. Eles não criam novas ideias; repetem aquilo que ouviram e imitam o que viram (...).* O que produz mudanças são as novas ideias e as ações guiadas por elas. O que distingue um grupo do outro é o efeito destas inovações. Estas inovações não são obtidas através de uma mente coletiva; elas são invariavelmente façanhas realizadas por indivíduos. O que torna o povo americano diferente de qualquer outro povo é o efeito conjunto produzido pelos pensamentos e ações de inúmeros americanos incomuns.” (MISES, [1957] 2014, p. 144 - ênfase acrescentada)

Essa interseccionalidade entre os “grupos” é reconhecida pelos estudos sociais. Por isso, o que procuramos destacar aqui é a forma como Mises usa tal conceito: antes de exigir uma leitura do indivíduo através do coletivo, a interseccionalidade que Mises concebe coloca um indivíduo numa complexa rede de conexões que são, elas mesmas, tão específicas quanto os indivíduos são. Assim, cada indivíduo situa-se numa rede tão particular e própria de intersecções, que o coletivo pode facilmente encobrir a complexa diversidade daqueles que pertencem à característica que o historiador usou para criar seu grupo de estudo. O que queremos dizer, então, é que mesmo que um grupo possa ser criado em nível de abstração a partir de uma característica compartilhada, a maneira como tal característica funciona em cada indivíduo é tão exclusiva, que cada indivíduo deve ser analisado em si mesmo, e não a partir das abstrações.

Sendo assim, o que no indivíduo geram as ações e, portanto, constituem o dado irredutível da História, considerando que, como disse Mises, “a maioria das pessoas são homens comuns (...), [e] não têm pensamentos próprios; são apenas receptivos; não criam novas ideias; repetem aquilo que ouviram e imitam o que viram” (Ibidem)?

2.3. A AÇÃO HISTÓRICA E AS IDEIAS

Gostaríamos de responder a pergunta feita na seção anterior apresentando o conceito de “História das Ideias”, de Mises. O que Mises quer dizer pela expressão “história das Ideias” é, em si mesmo, simples, e a seguinte citação a descreve bem:

A verdadeira história da humanidade é a história das ideias. (...) Ideias engendram instituições sociais, mudanças políticas, métodos tecnológicos de produção, e tudo o que se chama de condições econômicas. E, ao procurar por sua origem, inevitavelmente chegamos a um ponto em que tudo o que se pode afirmar é que *um homem teve uma ideia*. O fato do nome deste homem ser ou não conhecido tem uma importância secundária. Este é o significado que a história atribui à noção de individualidade. *As ideias são os dados irredutíveis da investigação histórica. Tudo o que se pode afirmar sobre as ideias é que elas surgiram*. O historiador pode indicar como uma ideia nova se encaixou com as ideias desenvolvidas por gerações anteriores, e como ela pode ser considerada uma continuação destas ideias, sua sequência lógica. Novas ideias não se originam a partir de um vácuo ideológico; elas surgem a partir da estrutura ideológica preexistente; são as respostas dadas pela mente de um homem às ideias desenvolvidas por seus antecessores. Mas é uma conjectura arbitrária supor que elas surgiriam inevitavelmente e que se A não as tivesse gerado um certo B ou C teriam feito esse trabalho.” (MISES, [1957] 2014, p. 142)

Não há determinismo aqui, nem para uma supervalorização da ação de um indivíduo contra o coletivo. Se trata, para Mises, de compreender que por mais que uma ação tenha sido influenciada pela ação de outros indivíduos, uma ação individual continua sendo uma ação individual.

Mises também exclui, portanto, o projeto de planejar a História ou o curso dos eventos. A história não é planejada, mas sim feita. Veja:

Homem algum pode, através de suas ações, dirigir o rumo dos acontecimentos por mais do que um período comparativamente curto do futuro, e, menos ainda, para todo o tempo futuro. Entretanto, toda ação acrescenta algo à história, afeta o curso dos eventos futuros e, neste sentido, é um fato histórico. (...) O conjunto da repetição invariável de métodos tradicionais de ação determina, na forma de hábitos, costumes e tradições, o curso dos acontecimentos. (...) A história é feita por homens. As ações intencionais conscientes de indivíduos, grandes e pequenos, determinam o curso dos acontecimentos. tos, na medida em que são o resultado da interação de todos os homens. Mas o processo histórico não é projetado por indivíduos; ele é o resultado composto das ações intencionais de todos os indivíduos. Nenhum homem pode planejar a história. Tudo o que ele pode planejar e tentar pôr em prática são as suas próprias ações que, juntamente com as ações de outros homens, constituem o processo histórico.” (MISES, 2014 [1957], p. 146,147)

O esforço de Mises nesta e em outras citações pode ser resumido aqui. Uma coisa é reconhecer a complexa rede de ações individuais diferentes nas quais uma ação específica se encontra, e pontuar a grande influência do que Mises chama de costume, sobre a ação individual. Outra coisa é personificar o coletivo como causa das ações, e tirar o indivíduo do centro explicativo do processo. Afirmar que o indivíduo age não é dizer que a história é feita por heróis; nem tampouco é, em Mises, ignorar a influência coletiva. O que Mises defende é que o dado irredutível básico da história são pessoas agindo, e que para além disso, nada existe. É possível usar abstrações sobre mentes coletivas de forma que escondam os fatos para Mises, ou seja, as ideias presentes pela força do costume, por exemplo, num determinado conjunto de indivíduos que foi isolado dos demais por algum critério do historiador ou dos agentes históricos, e que tais construtos não modificam o dado concreto: ainda são indivíduos, agindo, dentro de uma complexa rede de ações de outros indivíduos, movidos por ideias absorvidas na relação com outros indivíduos.

Toda vez que um romano agia por ser romano, ele agia movido por uma ideia. Portanto, a história romana aconteceu em virtude da ideia de que existem romanos. E essas ideias, por sua vez, eram mantidas por indivíduos. E foram elas que agiram. É por isso que tanto as periodizações, quanto os grandes coletivos a que denominamos “civilizações” se constroem pelo trabalho do historiador, e em torno de ideias compartilhadas, mais do que qualquer coisa.

Certamente, os romanos se viam como romanos - mas ser romano é conceitual ou ontológico? E ele responderia que é conceitual. Responderia, portanto, que romanos geraram ações que influenciaram outros romanos. E a ideia básica que os moveu foi a ideia de que eram romanos. E essa ideia, em si mesma, foi mantida por indivíduos, não por coletivos abstratos. Essa é a questão levantada por Mises, e que nós procuramos descrever até aqui.

CONCLUSÃO

Este breve trabalho percorreu alguns poucos recortes da obra “Teoria e História” do economista Ludwig von Mises a fim de dar ao acervo desta instituição uma oportunidade inicial de diálogo para com a obra deste autor. Se Mises tanto se opõe à diversas convenções das ciências sociais, a associação com o Liberalismo lhe rende, de imediato, o silêncio, e lhe retira o direito de ser ouvido? E caso receba esse direito, só lhe é dado sob a condição de que divorciemos o pensamento de sua matriz liberal? O que fazer quando ambas não se podem separar?

O presente trabalho, pois, defende a necessidade de uma atualização do diálogo para com o Liberalismo em suas tradições intelectuais mais sistematicamente organizadas, pois muito de sua produção (a exemplo da Escola Austríaca de Economia, que questiona muitas das conclusões de

Adam Smith) ainda continua fora do radar acadêmico, e requer domínio de processos complexos de reflexão, a despeito de um repertório consideravelmente denso.

Longe de apresentar toda a obra, o que demandaria um fôlego inexistente neste trabalho, a intenção aqui é iniciar, nesta universidade, um diálogo, ainda que incoado, deste autor que nos convida à um exercício de autoreflexão, no qual abandonamos o costume de subestimar a capacidade imaginativa e reflexiva daqueles a quem nos opomos. Mises existe para lembrar que o Liberalismo moral, filosófico, econômico e doutrinário não é algo para o qual soluções fáceis funcionam. Tamanho nível de complexidade teórica requer igual nível de capacidade argumentativa. Falar de Liberalismo sem esse benefício da dúvida conduzirá, inevitavelmente, à ataques contra um espantalho.

BIBLIOGRAFIA

CORDEIRO, Cecília Siqueira. *Historiografia e história da historiografia: alguns apontamentos*. 2015. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945027_9e778947581349845dadb3f080595647.pdf>. Acesso em: 3 de dezembro de 2019.

JUNIOR, Celso Ferrarezi. *Guia do trabalho científico*. Do projeto à redação final. Monografia, dissertação e tese. São Paulo: Contexto, 2013.

DOSSE, François. Cap.1. O historiadorum um mestre da verdade. A história. Trad. Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p..13-46

FONTANA, Joseph. Historicismo. In: *A história dos homens*. São Paulo: EDUSP, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Glaydson José da. *Teoria da História*. São Paulo, brasiliense, 2008.

IORIO, Ubiratan Jorge. *Ação, tempo e conhecimento: A Escola Austríaca de economia*. São Paulo : Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2011.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MISES, Ludwig von. *Ação Humana*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010

_____. *Teoria e História*. Uma interpretação da evolução econômica e social. Tradução de Rafael de Sales Azevedo. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014 [1957].

_____. *Theory and History*. An interpretation of social and economic evolution. Alabama, USA: Ludwig von Mises Institute, 2007 [1957].

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer: projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses*. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

PAIM, Antonio (org). *Evolução história do Liberalismo*. 3ed. São Paulo: LVM Editora, 2019.

ROTHBARD, Murray N. *O Essencial von Mises*. 3ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, [1949] 2010.